

CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A ESTÉTICA E A EDUCAÇÃO NA NOVA SOCIABILIDADE

Marcos Villela **Pereira** – PUC-RS - marcos.villela@puccrs.br

RESUMO: O presente trabalho explora alguns traços resultantes das transformações na relação entre capital e trabalho no mundo contemporâneo de modo a compor um panorama amplo sobre as novas formas de sociabilidade e, nesse contexto, propõe uma especulação acerca da arte, da educação e da estética.

PALAVRAS-CHAVE: educação – arte – nova sociabilidade – estética

A idéia de sociabilidade, inspirada nos estudos de Antonio Gramsci, será tomada como objeto de conexão no presente ensaio com o intuito de subsidiar o entendimento de como a sociedade vem se produzindo e reproduzindo, do ponto de vista das relações entre capital e trabalho, ao longo da sua história. As formas de sociabilidade dizem respeito às relações de poder, às relações sociais, às relações econômicas, enfim, às relações responsáveis pela produção e reprodução das condições (tanto subjetivas quanto objetivas) da nossa existência. Mais particularmente, procurarei tecer alguns comentários sobre como essas relações vêm sendo significativamente alteradas nas últimas décadas, suscitando diferentes maneiras de organização da sociedade e, igualmente, diferentes exigências para a arte e a experiência estética.

Evidentemente, dada a exigüidade deste ensaio, corro o sério risco de incorrer em algumas simplificações drásticas. Na medida do possível, vou procurar demarcar essas simplificações e, dessa forma, exigir alguma condescendência dos leitores quanto à consideração e o tratamento que darei a alguns conceitos e idéias.

Vou escolher como plano de referência o período inaugurado a partir dos anos sessenta para tecer as minhas considerações.

De certa forma, até o final desses anos sessenta, as matrizes sustentadas pelos modos de produção capitalista e socialista contribuíram para a proliferação de certa maneira totalizadora e analógica de como funciona o pensamento.

Totalizadora, por um lado, no sentido de considerar o modo como as grandes narrativas explicativas da sociedade pretendiam se estabelecer e funcionar. A diferença entre esses dois campos representava uma distinção abissal entre duas maneiras bem diferentes de

pensar, de viver e de relacionar-se. Direita e esquerda, por exemplo, eram campos nitidamente demarcados e absolutamente diferentes, portadores de uma clareza conceitual e política que não deixava dúvidas a qualquer analista, por mais incauto que fosse. O mundo, em toda a sua extensão, cabia dentro desse par e, por conseguinte, essas duas designações operavam como categorias totalizadoras, cada uma da sua metade e da metade oposta.

Analógica, por outro lado, no sentido de pautar-se por um modelo de correspondência ou equiparação entre os diversos elementos que apareciam na composição desse par. Analógica na medida que contribuía para o estabelecimento de certa binariedade direta ou contigüidade simples entre as formas de organização social e as formas de viver. Por exemplo, às formas capitalistas de produção, correspondem formas capitalistas de viver-se a vida cultural, social, política; às formas socialistas de produção, correspondem formas socialistas de viver-se a vida cultural, social, política.

Em certa medida, as teorias da reprodução, em suas diferentes abordagens – Althusser, Bourdieu e Passeron, Bowles e Gintis, Baudelot e Establet – são representativas dessa maneira totalizadora e analógica a que me refiro. Buscava-se associar ou atribuir uma inquestionável continuidade entre os modos de produção e certas formas de organização social, entre certas formas de sociabilidade e certas formas de viver.

O que quero apontar é o predomínio, durante essa época, entre o final dos anos sessenta e o começo dos anos setenta, de modelos explicativos e compreensivos que, ao constituírem-se hegemônicos, procuravam (ou, mesmo, conseguiam) igualmente ser homogêneos. Hegemonia e homogenia se superpunham enquanto formas de explicação e compreensão que acabava por estabelecer maneiras “oficiais” de entendimento da realidade social. São modelos de pensamento que se originaram a partir de certas formas de organização social resultantes dos modos de produção e, de maneira circular, contribuía para reforçar e modelar certos modos de ver o mundo e organizar as relações entre os homens e a sociedade.

A expressão desses modelos no campo da estética e da arte traduz-se, em primeiro lugar, pela standardização da arte como engajada ou alienada, conforme o ponto de vista. A polarização política das perspectivas de abordagem da arte toma uma força significativa e os diferentes movimentos e grupos produzem discursos compreensivos e auto-explicativos de modo que não era possível nenhuma forma de neutralidade. O mundo da arte estava tomado por uma certa ilusão de clareza quanto aos compromissos políticos da estética. Uma obra de

arte, via de regra, trazia aderido um estandarte político, fosse qual fosse: o expressionismo, o formalismo ou o concretismo, por exemplo, exigiam algo mais do que um efeito de superfície no espectador. A arte definitivamente deixava de ser um luxo ou um artifício decorativo e se consolidava como necessidade ou como conceito. Se reconhecia a obra de arte como tendo algum conteúdo sociológico, psicológico, político ou, em suma, ideológico, que exigia tanto do artista quanto do mercado quanto do espectador uma atitude condizente com uma tomada de posição, uma declaração de opção.

As décadas seguintes, de setenta e oitenta, de certo modo, são atravessadas pelo espírito de crise desse modelo. A contra-cultura e a queda do Muro de Berlim são alguns exemplos muito simples dessa época. A progressiva fragilização daqueles discursos compreensivos e explicativos vai empurrando a humanidade na direção de buscar outras e diferentes alternativas. A divisão geopolítica vigente no mundo começa a rachar: nem o modelo da Trilateral Capitalista, nem os qualificativos ‘desenvolvido, sub-desenvolvido e em desenvolvimento’, nem a classificação ordinal do ‘primeiro’ ou do ‘terceiro’ mundo são suficientes para suportar as novas configurações internacionais. A Perestroika e a Glasnost contribuem para, por um lado, paulatinamente desfazer o mito do comunista que come criancinhas e, por outro, para enfraquecer o sonho da Internacional Socialista. O neoliberalismo, a globalização e a internacionalização do capital e do trabalho começam a produzir traços particulares e apresentar novas exigências à sociedade. O capitalismo se transforma progressivamente, incorporando fragmentos daquele discurso social-democrata que resvala pelas beiradas do colapso do modelo socialista em crise no Leste europeu. Direita e esquerda começam a perder a clareza das fronteiras que as distinguem. No âmbito da educação brasileira, por exemplo, o emblemático debate entre a competência técnica e o compromisso político é uma evidência do turvamento daquelas posições de direita e esquerda, antes tão claras. Uma consequência dessa dissolução de fronteiras é o afrouxamento dos princípios e o progressivo avanço do vale-tudo pós-moderno. A propalada insuficiência das meta-narrativas projeta os homens em um cenário de permissividade e relativismo elevados à enésima potência. Em todos os campos, busca-se compulsivamente por discursos compreensivos e explicativos que restaurem a segurança conceitual e ajudem a superar o estado de fluidez exacerbado que, entre outras coisas, chegou a proclamar o fim da história. Tudo é uma questão de linguagem e a guerra entre conceitos e significados vai dando lugar a uma guerra de sentidos.

Chega-se aos anos noventa com algumas exigências políticas e conceituais bastante contundentes. Parafraseando Perry Anderson, a crise do marxismo, ela mesma, começa a dar mostras de entrar em crise ao não encontrar mais em seu próprio argumento o estofamento necessário para lidar com os novos movimentos do mundo. A Nova Esquerda, por exemplo, trata de correr atrás de produzir para si parâmetros bastante específicos com vistas a dar fim ao espírito de rendição que vinha assolando a esquerda clássica nas décadas anteriores. Novos recortes teóricos, novas demarcações intelectuais buscam alguma coerência com as novas configurações do capital. A moderação e a relativização paulatinamente ocupam o lugar antes ocupado pelo radicalismo político. Um certo ressentimento se alastra e contamina as utopias, trazendo consigo o gosto amargo do sonho comunista desfeito.

O campo da arte, por sua vez, vinha atravessando esse período com as suas vicissitudes e singularidades. A contra-cultura e o psicodelismo dos anos sessenta abriram lugar para movimentos estéticos muito significativos: a *nouvelle vague* e o cinema novo, o neoconcretismo e o minimalismo, o *happening* e a performance, a música eletrônica, todos são exemplares do caráter conceitual que toma conta da arte contemporânea. Essa profunda subjetivação da experiência estética faz com que a arte seja contaminada pela glamurização da condição marginal, pelo elitismo pseudo-intelectual dos entendidos e pela estetização superficial e estereotipada dos novos artistas. Aquela condição pós-moderna que inicialmente fazia sentido e tinha consistência em algumas manifestações da arquitetura e das artes visuais também proporciona a fragilização de alguns valores e contribui para a banalização da arte e da experiência estética. Tudo é arte, tudo vale, tudo pode. Qualquer coisa pode ser arte e qualquer um pode ser artista. Esse exagero e essa absolutização do relativismo se convertem num permanente desafio para dar conta de restabelecer consistência à tendência de esvaziamento conceitual que a própria arte conceitual suscitou.

A virada de século coroa a culminância de algumas características também muito particulares. A cibernética, nascida nos idos dos anos cinqüenta, se atualiza como tecnologia que impregna os mais diversos âmbitos da realidade humana e social. As relações entre capital e trabalho se transformam e incorporam valores oriundos desse novo arranjo. O capitalismo, que era um modo de produção de bens materiais se converte em um modo de produção de subjetividades, tornando-se aquilo que se vai chamar capitalismo mundial integrado. Aquelas antigas utopias socialistas começam a dar lugar a alternativas ponderadas de democracia social – notadamente, na forma da democracia participativa. O neoliberalismo avança sem disfarces e faz proliferar o discurso da sustentabilidade, da cidadania, da

participação e da responsabilidade social no interior da sociedade do século vinte e um, em todos os cantos do planeta.

As tecnologias digitais se desenvolvem exponencialmente e trazem com elas um estado de ambivalência para configurar alguns traços da nova sociabilidade.

De um lado, elas fazem o mundo encolher virtualmente e trazem profundas transformações no modo como se organiza a economia mundial. Os mercados financeiros se tornam uma malha simultânea hiper-sensível, os postos de trabalho e as zonas de consumo se capilarizam, a globalização atinge todas as pregas e frestas da vida humana, o barateamento dos custos de produção torna tudo mais acessível e a grande utopia do novo século é a utopia comunicativa.

De outro lado, as novas tecnologias servem de base para novas formas de pensamento: o modelo da rede, da comunidade e da realidade digital assumem a forma de novo paradigma e se tornam exigências para novas e diferentes formas de convivência social, redundando no fato de que o acesso a essas novas tecnologias e a esses novos materiais representa uma permanente ressignificação do cotidiano. Um e todos, cada um e todo o mundo, os extremos perdem o sentido estanque e se tornam, antes de tudo, situações, posições. A inclusão, por exemplo, que nas últimas décadas do século passado ainda demandava um estatuto normativo particular e se expressava sobretudo na ampliação das condições de acessibilidade, no século vinte e um adquire um refinamento conceitual que redonda antes numa decisão ético-política que coloca em questão valores muito sutis e de delicado manejo social, trazendo como exigência a naturalização da diferença como constituidora da condição humana. A inclusão social é, ao mesmo tempo, um efeito dos novos arranjos do capital e uma exigência das novas formas de sociabilidade. Ao mesmo tempo ela é efeito das conquistas tecnológicas e biotecnológicas que promovem a superação paulatina de limites e barreiras físicas, sociais e econômicas que porventura vinham afetando as relações produtivas e é uma exigência do espírito comunitarista participativo, responsável e democrático que postula a conversão das diferenças individuais em fatores de inserção e integração social.

As contradições dessa nova forma de sociabilidade são enormes: de um lado, o progressivo desenvolvimento das forças produtivas; de outro lado, a facilidade de acesso ao mercado e as diferentes formas de alienação e exploração das populações em geral. As políticas de inclusão coexistem com práticas de exclusão. A ilusão de progresso, de

prosperidade e de fácil acesso às conquistas tecnológicas e biotecnológicas são atropeladas pela violência contra os direitos humanos e sociais em larga escala.

Tornando ao campo da arte e da estética, essa nova configuração proporciona acesso a novos equipamentos, novos meios e novos materiais e exige, por consequência, o desenvolvimento de novas linguagens e, obviamente, de novas formas de pensamento. Não é mais a técnica mas a tecnologia o que volta a encantar a arte. Fala-se em alfabetização tecnológica, alfabetização digital e alfabetização estética como metáforas dessa exigência que se coloca para esse mundo agora cheio de novidades e surpresas.

Essas novas tecnologias e novos materiais, portanto, passam a exigir novas formas de sensibilidade e de percepção e, por consequência, novas formas de expressão e de entendimento. E essas novas formas de pensamento e linguagens atravessam aqueles antigos limites da arte, exigindo também novas formas para a experiência estética. Muitas das relações estéticas passam a ser mediadas, agora, por elementos comuns, por exemplo, ao design e à publicidade. A aproximação entre a arte e a cultura visual, por exemplo, faz parte dessa nova configuração. E essa aproximação, longe de consistir em uma confusão ou sobreposição de diferentes campos, significa uma forma peculiar de diferenciação ou refinamento resultante dessa nova realidade. Aquela contradição que antes carregava a exigência de superação, agora se resolve pela proliferação de novos campos de experiência.

Entretanto, longe de representar uma espécie de redenção, isso tudo revela uma delicada condição, cheia de armadilhas.

Muitos (quicá, a maioria) daqueles movimentos sociais e artísticos de anos atrás, que tinham uma sólida base política, que eram fortemente engajados em projetos revolucionários, de repente, se percebem vinculados e sustentados pelo novo capital. A aura revolucionária daqueles discursos se vê desfeita pela expropriação e disseminação indiscriminada do discurso da responsabilidade social e da sustentabilidade. Aquela dimensão militante vê-se convertida numa espécie de tribalização tecnológica e midiática financiada pelo capitalismo mundial integrado.

O que era eminentemente subjetivo e conceitual se vê anacrônico e condenado a uma necessária retomada da objetividade do mundo. O purismo típico do idealismo redentor dos projetos libertadores através da educação e da arte, que já haviam sido ameaçados pela pulverização do vale-tudo pós-moderno, se depara com a exigência de uma nova forma de racionalidade para dar conta dessas novas condições. Os projetos precisam despir-se da

arrogância messiânica daqueles slogans de libertação sem perder-se na fluidez sem limites do relativismo exagerado. Aquilo que já foi quase um delírio de libertação absoluta do sujeito, pela radicalização equivocada da idéia da vida-como-obra-de-arte, pelos desmedidos arroubos dionisíacos e pelas inconstantes irrupções de acontecimentos desterritorializantes, vê-se confrontado com a inexorável objetividade do mundo real e com as fortes contradições oriundas dessas novas formas de relação entre o capital e o trabalho. O homem é novamente derrubado de sua posição hiper-subjetivista, transcendente e abstrata, e levado novamente na direção das condições do mundo material.

Agora trata-se, enfim, de explorar formas de racionalidade que se assentem na ponderação, de modo que se possa chegar a decisões éticas pautadas não pela condição unilateral ou maniqueísta, mas pela tomada de consciência das sempre inúmeras implicações. Deixar de pretender uma decisão sublime ou neutra e passar a levar em consideração os inúmeros envolvimento e desdobramentos que qualquer tomada de posição implica. Investir, talvez, numa estética da suspeita, da experiência e da prudência que, bem distante da covardia ou da dissimulação, seja pautada pela seriedade e pela consistência ética e política, resultante da estratégica tomada de consciência das novas formas de sociabilidade do capital contemporâneo.

* * *

ALGUMAS REFERÊNCIAS NECESSÁRIAS

BRETON, Philippe. La utopia de la comunicación. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 2000

FOUCAULT, Michel. Que es la critica?: Critica y "Aufklarung". Trad. Javier De la Higuera. Rev Filosof, 11, 5-24, Jul-Dez 1995.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. Micropolíticas: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HERMANN, Nadja. Ética e estética: a relação quase esquecida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

HERMANN, Nadja. Phronesis: a especificidade da compreensão moral. *In*: Educação. Porto Alegre, ano XXX, n. 2 (62), mai/ago, 2007.

MARTINS, André Silva. Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANNT'ANNA, Ronaldo. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (coord). A nova

pedagogia da hegemonia: Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

OELKERS, Jürgen. A educação para o bem: potencial de legitimação da pedagogia geral. *In: Educação*. Porto Alegre, ano XXX, n. 2 (62), mai/ago, 2007.

PEREIRA, Marcos V. e RATTO, Cleber G. "A virtude é coisa que se ensina?" – uma leitura crítica sobre formação e formação de professores. *In: CAMARGO, Ana Maria Faccioli (Org.) Que escola é essa? – anacronismos, resistências, subjetividades*. Campinas: Átomo & Alínea, 2009.

PEREIRA, Marcos V. Utopias contemporâneas para a vida coletiva. *In: Travessias*. Cascavel, n.2, 2008 (Disponível em: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/cultura/utopiascontemporaneas.pdf - Acesso em 27/06/2008)

PLESSNER, Helmut. Antropologia dos sentidos. *In: GADAMER, H.-G. e VOGLER, P.* Nova Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

RATTO, C. Compulsão à comunicação – modos de fazer falar de si. *Educação & Realidade*. V.31, n.2. Porto Alegre: UFRGS, jul-dez. 2006.

RATTO, C. Comunicação, estética e aprendizagem – impasses contemporâneos. 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Caxambú, 2007.

RATTO, Cleber Gibbon. Compulsão à comunicação: ensaios de ética, educação e silêncio. Porto Alegre: PUCRS/PPG Educação, 2008. (Tese de Doutorado)

SAFRANSKI, Rüdiger. Cuánta globalización podemos soportar? Buenos Aires: Tusquets, 2005.

WELSCH, Wolfgang. Estetização e estetização profunda ou: a respeito da atualidade do estético nos dias de hoje. *In: Porto Arte*. Porto Alegre, v.6, n.9, mai, 1995.

WELSCH, Wolfgang. Mudança estrutural nas Ciências Humanas: diagnóstico e sugestões. *In: Educação*. Porto Alegre, ano XXX, n. 2 (62), maio/ago, 2007.